

Raça e classe no Rio de Janeiro: organização da classe trabalhadora negra e sociedade civil no Brasil (1906 - 1940).

Camila Pizzolotto Alves das Chagas¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão em torno da formação da classe trabalhadora brasileira e dos aspectos de sua organização na virada do século XIX para o século XX, tendo como foco o conceito de sociedade civil formulado por Gramsci, para analisar a população negra que, antes escravizada, começava a se organizar de maneira mais sistemática. Olharemos para os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, investigando mais especificamente as relações dos trapicheiros, suas reivindicações, práticas religiosas e territorialidades, nomeadamente a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

Pretendemos entender como, no cotidiano desses trabalhadores, as questões relacionadas ao racismo estavam presentes e como isso se entrelaçava constantemente com a superexploração do corpo negro, fosse baixando os salários e remunerações pagas à este trabalhador, fosse sob a forma de castigos corporais praticados pelos patrões como no período escravocrata. Além da repressão estatal às práticas religiosas de matriz africana, que afetavam diretamente o cotidiano desses trabalhadores, suas formas de organização comunitária e dos momentos de lazer.

Nos propomos a investigar como esses trabalhadores se organizavam e como as questões raciais estavam relacionadas com o modo de organização dos aparelhos privados de hegemonia desses trabalhadores, de maneira a entender como as classes subalternas se organizaram neste contexto. Nossa base teórica parte de Antonio Gramsci e do Estado Ampliado como ferramenta metodológica, instrumental fornecido por Sonia Mendonça.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Mesmo antes da abolição institucional da escravidão, o Rio de Janeiro já convivía com diversas formas de relações de trabalho. Livres e assalariados, escravos de ganho, urbanos. Esse momento de transição ainda guardava valores e costumes dos tempos de cativo, como a repressão com açoites àqueles que ousavam se amotinar (MATTOS, 2008) ou mesmo a perseguição àqueles considerados “vadios”. Os momentos de lazer e as práticas religiosas das chamadas “classes perigosas” (CHALHOUB, 2012) – negros e negras, brancos pobres – não escapavam da violência policial, que recorria regularmente às práticas dos anos anteriores à 1888.

Na virada do século XIX, os parlamentares definiam como perigosa toda população pobre que teria escolhido como modo de sobrevivência viver às margens da lei, na “má ociosidade”, além daqueles que viviam de trabalhos informais. Segundo Sidney Chalhoub “os legisladores brasileiros utilizam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade” (CHALHOUB, 2012: 76).

É sabido que o nascente Estado republicano brasileiro estava longe de ser aquilo que proclamava: igualdade dos homens perante à lei. A mudança da ordem escravocrata para a possibilidade de expansão do capitalismo demandou, sobretudo, uma mudança de valores. Se antes não trabalhar significava status, nesse novo momento seria necessário criar uma nova ética de valorização do trabalho. Agora, no capitalismo ainda incipiente, uma outra ideologia estava sendo construída: a de que o trabalho dignifica o homem. O trabalho nesse momento passava a ter um cunho positivo e “civilizatório”, cumprindo papel importante no controle do tempo da população pobre e negra, fazendo a separação rígida entre trabalho e lazer.

Segundo Sonia Mendonça, a particularidade do Estado capitalista em Gramsci, está justamente no fato de, simultaneamente, haverem espaços não só de violência, mas também de consenso. O consenso em torno do que é ser um trabalhador e do trabalho, do lazer da população mais pobre e da vigilância foi sendo construído antes mesmo da república ser proclamada. Esse consenso seria produzido tanto pela atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia da classe dominante, quanto pela ação do Estado restrito, promovendo um projeto de nação de uma determinada fração de classe. Ainda segundo Mendonça “(...) política e Estado são inseparáveis da cultura, já que a hegemonia

pressupõe a aceitação não só de um projeto, como também de um conjunto de valores e visões de mundo a ele inerentes” (MENDONÇA, 2018:13)

Diante deste cenário, como a classe trabalhadora carioca poderia se organizar para a construção projetos contra-hegemônicos? Diante de um Estado coercitivo e de tal repressão policial, é possível dizer que as classes subalternas tinham meios de se organizar e organizar seus Aparelhos Privados de Hegemonia? Podemos ir além: de que maneira a sociedade civil no Brasil e, mais especificamente no Rio de Janeiro, estava configurada na passagem do modo de produção escravista para o capitalismo? É possível dizer que havia uma sociedade civil, seguindo pelo período chamado pós-abolição, na acepção gramsciana do termo? A sociedade civil brasileira, antes de 1964, seria “primitiva” e “gelatinosa”?

Segundo Gramsci, as relações entre Estado Restrito e Sociedade Civil eram ainda bastante desajustadas nas bandas de cá. Ele escrevia nos anos 1930, sobre a América do Sul, que

A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de tipo rural e, já que domina o latifúndio, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais são ligados ao clero e aos grandes proprietários. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios, que em alguns países formam a maioria da população (GRAMSCI,2011:31)

Para determinada tradição do marxismo no Brasil, até pelo menos 1930, a sociedade civil seria “primitiva” ou “gelatinosa”, baseadas no que afirmou Gramsci em seus escritos sobre “Oriente” e “Ocidente” (GRAMSCI, 2011 V.3: 262) devido à pouca socialização da política e uma relação desajustada entre Estado restrito e sociedade civil. Segundo Carlos Nelson Coutinho, Gramsci busca mostrar que “o processo de ocidentalização das sociedades europeias está precisamente no processo cada vez maior de socialização política, de que se criam movimentos de massa a partir dos abaixo, partidos políticos de massa e sindicatos” (COUTINHO, 2001).

Se é complexo afirmarmos que a sociedade civil no Brasil no período pós-abolição estava plenamente desenvolvida, como diz Gramsci, é ainda mais complexo dizer que

organizações da classe trabalhadora fora dos moldes tradicionais como partidos políticos ou sindicatos não eram relevantes ou não tinha projeto de outra hegemonia nacional neste período, principalmente se falamos de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador.

Estado Ampliado: desafios metodológicos para pensar a organização classe subalterna no Brasil

Diferentemente dos pensadores liberais, o Estado, em Gramsci, seria mais do que um conjunto de leis derivado de um contrato social, descontextualizado da história. A concepção marxista do Estado, diferentemente daquela liberal, traz um elemento decisivo para a análise: a noção de que o aparelho estatal também é histórico². Pensando de maneira mais ampla, o Estado seria a condensação de relações sociais.

Gramsci entendia que a luta de classes não se dava somente na dualidade burguesia estatal *versus* classe operária organizada. A categoria de Estado ampliado nos permite ver uma estreita articulação entre as entidades que organizam as vontades (coletivas ou individuais) e a sociedade civil (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012).

Esta segunda categoria, segundo Gramsci, tem uma ligação fundamental com os intelectuais:

Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2011, v.2: 21-22)

² Para saber mais: MENDONÇA, S. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo: v2, n2, 2014.

O espaço da sociedade civil, tal qual formulado por Gramsci, e seus Aparelhos Privados de Hegemonia, são o campo de batalha da luta de classes propriamente dita. Segundo ele, seria na esfera das superestruturas que a disputa entre hegemonias se dá, através desses organismos privados, tanto das classes dominantes quanto das classes subalternas. A sociedade política (Estado restrito) e a sociedade civil estão, dessa maneira, em constante diálogo e relação orgânica. Fica evidente que o Estado, pensado a partir desta perspectiva integral, compreende, além da força, disputas sobre o consenso do todo social que, a partir dos aparelhos privados, constroem discursos e práticas hegemônicas ou que se pretendem hegemônicas.

Segundo ele, os intelectuais orgânicos devem ter a capacidade de organizar a sociedade e a cultura, em todo seu complexo de organismos, até mesmo o organismo estatal criando, assim, condições favoráveis à expansão da própria classe. O intelectual aqui deve ser pensado sobretudo como organizador da cultura e peça fundamental na organização das vontades coletivas.

O Estado ampliado em Gramsci, tenta dar conta da complexidade da análise, relacionando base e superestrutura. Segundo Mendonça,

O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas. (MENDONÇA, 2014: 34)

Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá a luta de classes. Segundo Virgínia Fontes e Sonia Mendonça, no terceiro capítulo do livro *Novos Domínios da História*, intitulado História e teoria política:

Em Gramsci, a própria construção das vontades torna-se objeto preferencial da análise, uma vez que o conceito de aparelhos privados de hegemonia, forma preponderante na sociedade civil, permite coligar

o processo pelo qual se elaboram as consciências, atingindo a organização do poder do Estado (sociedade política). (FONTES e MENDONÇA IN: CARDOSO; VAINFAS, 2012: 63)

Dessa maneira, a cultura se mostra como um conceito amplo, integrando a visão de mundo de cada classe e da disputa entre e intra classes. Por isso, a multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia dos grupos subalternos se mostra fundamental para construir uma oposição aos aparelhos e entidades de parcelas da classe dominante, em busca de uma contra-hegemonia.

Para Gramsci, o termo sociedade civil abarcaria um conjunto de organismos (ou aparelhos) privados responsáveis pela articulação do consenso. Os sentidos do termo sociedade civil se encontram em eterno diálogo com a sociedade política, o Estado restrito. Para Álvaro Bianchi, sociedade civil diz respeito à materialidade das disputas por hegemonia:

A luta de hegemonias não é apenas luta entre “concepções de mundo”, como, por exemplo, aparece no *Quaderno 10*, ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as. A lista de tais aparelhos hegemônicos é grande, mas conhecida: igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos e imprensa são alguns deles. A função desses organismos é articular o consenso das grandes massas e sua adesão à orientação social impressa pelos grupos dominantes. Esse conjunto de organismos, entretanto, não é socialmente indiferenciado. Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outro (BIANCHI: 2008. P. 179)

Como já visto, em Gramsci, não há como entender o conceito de sociedade civil sem o conceito de sociedade política. Para ele, o desenvolvimento da sociedade civil depende de uma relação minimamente equilibrada ou ajustada com o Estado Restrito. Nos escritos gramscianos, os termos “orientes” e “ocidentes” não eram apenas direções geográficas. Na compreensão do pensador italiano, “orientes” seriam justamente aqueles países que tem uma relação desequilibrada entre os aparelhos privados de hegemonia e o Estado restrito, onde “o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa” (GRAMSCI, 2011v3:262). Já “ocidentes” seriam as sociedades onde há uma maior socialização da política e que esses dois elementos estariam configurados de maneira mais

equilibrada. Segundo Carlos Nelson Coutinho, Gramsci procura demonstrar um processo de “ocidentalização” da Europa como um todo “no sentido de que cada vez mais se socializa a política, de que se criam movimentos de massa a partir dos debaixo, partidos políticos de massa e sindicatos (...)” (COUTINHO, C. 2001:111).

Para Coutinho, a sociedade civil no país teria vivido uma fase “primitiva e gelatinosa” até pelo menos 1930; após 1937, denominado pelo autor como período populista, esta sociedade civil estaria se desenvolvendo. Entretanto, paradoxalmente, para ele, é só após o Golpe Civil-Militar de 1964 que podemos dizer que a sociedade civil brasileira estava em seu pleno desenvolvimento, tendo a burguesia dado um golpe justamente para barrar o crescente protagonismo da sociedade civil. Para ele,

Certamente o Brasil foi um país de tipo “oriental” durante um largo período da sua história. Talvez nunca um “Oriente” tão radicalmente “Oriente” quanto foi a Rússia czarista, já que, mesmo ao longo do período imperial, tínhamos um Parlamento, ainda que fosse pequena sua influência; tínhamos uma Constituição, ainda que autoritária e freqüentemente desrespeitada, o que nunca existiu na Rússia czarista. Mas certamente a sociedade civil, durante toda a época imperial e durante boa parte da Primeira República, era primitiva e gelatinosa. Nesse sentido, penso que a caracterização de “oriental” é correta para o Brasil, pelo menos até 1930. (COUTINHO, 2001: 109-110)

Entendendo que “embriões” da sociedade civil brasileira teriam se manifestado mesmo no momento da República Velha, Coutinho considera como marco embrionário a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, além de um movimento sindical expressivo, de uma imprensa operária, organização importante da vontade coletiva. Todavia, segundo ele, “Portanto, há embriões de sociedade civil, mas certamente não suficientemente desenvolvidos a ponto de impedir que a transformação feita em 1930 seja a mais emblemática manifestação de uma revolução passiva no Brasil” (COUTINHO, 2001:110).

Alvaro Bianchi reconhece que os apontamentos de Gramsci minimizaram os efeitos da industrialização no Brasil e dos intelectuais orgânicos que surgiram deste processo. Segundo Bianchi,

No início do século XX, o processo de industrialização brasileiro estava dando seus primeiros passos e surgiam grupos de intelectuais orgânicos

da grande indústria, empresários e engenheiros que organizavam associações empresariais e centros industriais. A historiografia contemporânea sobre o empresariado brasileiro tem destacado a emergência de sindicatos de industriais e associações civis que impactaram de maneira importante nas esferas governamentais. (BIANCHI, 2016: 119)

Se o apontamento de Gramsci para uma sociedade civil desenvolvida, em seus termos, é uma maior socialização da política e a movimentação de massa a partir das classes subalternas, o Brasil vivia, pelo menos desde o final do século XIX, em efervescente debate e surgimento de movimentos organizados pela classe trabalhadora.

Dos muitos estudos que se dedicam às organizações das classes subalternadas no Brasil da virada do século XIX para o século XX, destacamos o livro de Marcelo Badaró Mattos, *Escravidados e Livres*, no cenário da luta pela abolição da escravidão. O livro é dedicado à análise da transição gradual do modo de produção escravista para o capitalismo na cidade do Rio de Janeiro, observando diversas organizações e movimentações da classe trabalhadora carioca, que convivia com diversas formas de trabalho, tanto o assalariado quanto o informal, assim como o trabalho feito por cativos. A luta pelo fim da escravidão e pelo fim da exploração do homem pelo homem muitas vezes estiveram lado a lado. A convivência de diferentes formas de trabalho mostra que a passagem do modo de produção escravista para o capitalismo se deu de maneira não linear.

Segundo Marcelo Badaró Mattos,

A luta pela liberdade, particularmente na fase áurea do abolicionismo, acabaria por cruzar modelos associativos e esforços concretos de ação coletiva de antigas formas de organização dos escravos, como os quilombos. (...)

Outra forma organizativa que indicava a capacidade de intervenção organizada autônoma da população negra derivava das maltas de capoeiras. (MATTOS, 2008: 113-114)

Diversas organizações de ajuda mútua – associações que, inclusive, tinham como objetivo libertar escravos (MATTOS, 2008:112) –, sindicatos controlados por

trabalhadores (CRUZ, M. 2000) (McPHEE, K.2014), entidades que defendiam o abolicionismo, uma imprensa operária e uma imprensa negra, além de centenas de entidades do movimento negro, que teve seu auge nos anos 1930 (DOMINGUES, 2007), com a transformação da Frente Negra Brasileira em partido político – no sentido corriqueiro do termo em 1931 (GOMES E DOMINGUES [orgs], 2011). Petrônio Domingues, citando apenas algumas das entidades do movimento negro no início do período republicano,

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical. (DOMINGUES, 2007:103)

Para entender essa classe trabalhadora em formação, juntamente com esse capitalismo em transformação, é preciso investigar como a sociedade civil no Brasil se desenvolveu de maneira distinta daquela desenvolvida na Europa, além de compreender que dificilmente Aparelhos Privados de Hegemonia da classe trabalhadora tiveram alguma inserção no Estado Restrito no início da República. Segundo Mattos, para compreender *partidos* desse tipo, não há como cobrar votações expressivas ou representações no Parlamento (MATTOS, 2008:125).

Se, segundo Gramsci, “os partidos eram efetivamente os organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condições de aplicá-las” (GRAMSCI, 2011:266), os partidos políticos, na acepção gramsciana do termo, das classes trabalhadoras contribuíram para a organização da cultura e para formação dos intelectuais das classes subalternas, seus intelectuais orgânicos.

Gramsci, em seu ensaio sobre “O Príncipe” de Maquiavel, analisa o partido político como o príncipe moderno. Esta categoria de partido político é a expressão das classes sociais: os “condottieri”, como ele se refere aos partidos, são os articuladores da vontade política coletiva. Compreendendo o conceito de sociedade civil desenvolvido pelo pensador italiano justamente esse conjunto de organizações, elas seriam responsáveis pela elaboração das ideologias e dos processos culturais. É neste campo que, para ele, se dá, em primeira instância, a luta de classes.

Os partidos são elementos que conseguem organizar as vontades coletivas e os que se saem melhor nesta tarefa são precisamente aqueles que têm, entre seus quadros, os intelectuais orgânicos de mais competência. Segundo Carlos Nelson Coutinho,

Gramsci considera intelectuais todos os que contribuem para educar, para organizar, ou seja, para criar ou consolidar relações de hegemonia; por isso, para ele são intelectuais (ou desempenham uma função intelectual) todos os membros de um partido político, de um sindicato, de uma organização social (COUTINHO, 2011:29-30)

A partir do princípio de que todos são intelectuais em potencial, essa perspectiva abre um horizonte de organização orgânica para as classes subalternas. Entendendo que a sociedade civil é o terreno da luta de classes propriamente dito, legitimar a ampliação do Estado somente quando há uma consequência visível na sociedade política seria analisar o Estado de maneira não dialética. Entendemos que transformações nas relações sociais e na correlação de forças tem influência da sociedade civil e, sobretudo, ligações no Estado restrito por que classes sociais não é uma categoria abstrata, mas uma experiência vivida. Segundo Sônia Mendonça,

Logo, qualquer modificação na correlação de forças vigente na sociedade civil, dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia

distintos, tem, necessariamente, repercussões junto à sociedade política e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas em um Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates e história, enfim. (MENDONÇA in: PAULA e MENDONÇA [orgs]. 2013: 19)

Isto quer dizer que, ainda que o Estado tenha se ampliado de maneira seletiva no Brasil neste período, as relações sociais transformadas e, conseqüentemente, as correlações na sociedade civil, também serão alteradas as relações na sociedade política. Segundo Mattos,

Para Gramsci, porém, “os ‘partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos”. E na dimensão educativa e organizativa, “os partidos eram efetivamente os organismos que, na sociedade civil, não só elaboravam as diretrizes políticas, mas educavam e apresentavam os homens supostamente em condições de aplicá-las”. Por isso mesmo, na análise de Gramsci, não é necessário existir uma “ação política” em sentido estrito para que se possa falar em partido político (...) (MATTOS, 2008:126)

Além da resistência formal e organizada, fosse em partidos políticos ou sindicatos, fosse em greves ou revoltas, a classe trabalhadora construiu estratégias de resistência e sobrevivência ao controle de classe por parte do Estado restrito brasileiro e de uma parcela da classe dominante, cotidianamente. Fora dos padrões tradicionais de organização dos trabalhadores, essa população, marginalizada no sistema político, encontrou brechas no cotidiano duro, de maneiras distintas, para sobreviver, trabalhar e se divertir. Se o sindicato atuava, diretamente, na pressão por diminuição de horas de trabalho e condições melhores para produzir, na preservação da tradição e na construção de redes de sociabilidade nos terreiros e nas tendas lutavam por uma afirmação de identidades, formando parte da classe trabalhadora carioca. Para Sidney Chalhoub,

A opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se

restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos momentos do movimento operário, por exemplo. (CHALHOUB, 2012: 51-52).

Depois deste debate conceitual sobre sociedade civil e organização dos trabalhadores no Rio de Janeiro nos finais do século XIX e início do século XX, passamos agora à um breve balanço historiográfico de autores que escreveram tanto sobre a resistência dos trabalhadores negros quanto de autores que escreveram sobre a auto-organização dessa população na cidade.

3. Tradições e Resistências: aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora

Observar a organização da classe trabalhadora brasileira requer, como já dito anteriormente, deixar para trás um olhar eurocêntrico sobre a questão. TMDA população negra, os abolicionistas, os operários, os capoeiras, sambistas e praticantes de religiões de matriz africana já se organizavam desde antes de 1930. Houve, no marxismo, uma tendência a negligenciar a questão racial, assim como a questão de gênero durante um longo período de sua história. Isto significou negar a existência de organizações fora do padrão sindicato/partidos políticos e dessa maneira, entidades que organizaram a resistência à repressão policial, a movimento negro anterior a 1930 ou mesmo quilombos e suas redes de solidariedade não são citados quando pensamos em uma sociedade civil organizada, a partir da perspectiva das classes subalternas.

Florestan Fernandes, em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, analisa a entrada da população negra na ordem competitiva na cidade de São Paulo. Algumas passagens, porém, Fernandes analisa o Brasil como um todo, como vemos a seguir. Segundo ele, as inovações trazidas pela República no sentido liberal, ou seja, no sentido jurídico-político, avançaram para se adaptar às necessidades dessa nova ordem social que se consolidava. O trabalho livre e assalariado, as trocas e as relações mercadológicas foram consequências dessa circunscrição. Ainda para o autor, “fora e acima disso, continuavam a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas” (FERNANDES, 2008: 61).

Antônio Sérgio Guimarães aponta como uma das contribuições de Florestan Fernandes à formação de uma identidade negra, reconstruindo historicamente sua trajetória no Brasil. No entanto,

as teorias formuladas por Fernandes ao discutir a questão racial ainda tinham como norte a biologia e a psicologia visando explicar a diferença entre os grupos humanos. Mesmo que numa perspectiva sócio-histórica, Fernandes ainda teve como ferramentas para sua análise as mesmas utilizadas pela classe dominante da época, que ainda percebia como “patologia social” a dificuldade das populações antes escravizadas de integração na sociedade de classes brasileira, mais especificamente paulista, do início do século XX. Segundo Sidney Chalhoub,

O problema principal suscitado pela análise de Fernandes é esta noção de que negros e mulatos se encontravam num estado de “anomia” ou “patologia social” no período pós-abolição, estado este que se explicaria como uma herança direta do escravismo. A primeira objeção séria que se pode levantar neste contexto é a de que a visão que Fernandes passa do liberto – como desamparado para o trabalho livre, destituído de vida familiar etc. – é perigosamente próxima àquela veiculada pela classe dominante brasileira no momento crucial da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como mostram debates parlamentares do período. (CHALHOUB, 2012:83)

Silvia Hunold Lara, em seu texto *Thompson e a Experiência Negra no Brasil*, faz um balanço da historiografia brasileira sobre a escravidão. Neste balanço, a autora entende que a historiografia produzida nos anos 1960 e 1970, no intuito de se diferenciar daquela produzida anteriormente – esta que enfatizava o caráter paternalista e benevolente da escravidão no Brasil – deu ênfase somente na violência e nos interesses econômicos, numa tentativa de reconstrução da história. Mesmo que acidentalmente, esta ótica ainda assim privilegiava uma ótica senhorial e excluía qualquer possibilidade de agência por parte dos escravizados. Para ela, olhar apenas para as razões econômicas implicadas, poderia privilegiar apenas uma visão do processo. Ainda para a autora,

A história dos trabalhadores (a história social do trabalho) no Brasil continua, ainda, assentada num ocultamento imenso ou, no mínimo, na construção de uma ruptura radical. Há, portanto, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo – milhares de trabalhadores, que viveram e lutaram durante séculos, desaparecem do cenário histórico num piscar de olhos.

(...)

Na sua vertente mais tradicional, a historiografia da transição [do modo de produção escravista ao capitalismo] postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalhador livre; e o negro escravo desaparece da história substituído pelo imigrante europeu. Imbuídos do espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagam da história social do trabalho no Brasil a “nódoa” da escravidão. Assim, se o escravo não pertence ao universo dos trabalhadores, também o ex-escravo é excluído. (LARA, 1995: 54-55)

Ainda que a historiografia tenha avançado, neste sentido, desde que o texto de Lara foi escrito, em 1995, entendemos que é ainda muito incipiente, na tradição marxista brasileira, uma análise sobre os processos de resistência e de auto-organização desses trabalhadores.

O movimento negro estava organizado, por exemplo, desde pelo menos 1908. Surgiram diversas organizações de ajuda mútua e de solidariedade no período, como aponta Petrônio Domingues em seu já citado artigo *Movimento Negro Brasileiro – Alguns apontamentos históricos*. No início da República foram criados vários grupos (**grêmios, clubes ou associações**), como por exemplo: Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908); Centro Cívico Palmares (1926), várias **associações de mulheres negras**, por exemplo a Sociedade Brinco das Princesas (1925, SP); Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908 Pelotas), órgãos de Imprensa negra (jornais elaborados e publicados por negros para tratar de suas questões), como *O Clarim da Alvorada* (de José Correia Leite, 1924), *A Liberdade* (1918), *O Getulino* (1923), *A Raça* (1935, Uberlândia) (DOMINGUES, 2007). Essa seria a primeira fase do Movimento Negro Brasileiro, para o autor.

Falando desta virada, a partir de 1930, fica mais difícil afirmar que apenas a classe dominante estava organizada ou mesmo que a relação de força na sociedade civil não tinha repercussão no Estado Restrito. Na década de 1930, o movimento dá um salto qualitativo com a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931. Considerada como organização sucessora do Centro Cívico de Palmares, teve filiais em diversos estados brasileiros (como Recife). Se caracteriza também pelo grande contingente de mulheres dentro da organização. Em 1936 a FNB se torna um partido político, no sentido tradicional do termo, registrado na justiça eleitoral, com várias filiais no Brasil inteiro, com sede na cidade de São Paulo. Em sua segunda fase, começando em 1945, com a

queda da ditadura varguista, até 1964, o movimento negro organizado ressurgiu e ampliou seu raio de ação. O protesto negro aumentou, segundo Domingues,

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro porque grande parte da população ‘de cor’ continuava na marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência” (DOMINGUES, 2007:108)

Nesta fase o movimento negro não teria o mesmo poder de aglutinação que na fase anterior. Nesta segunda etapa do movimento, a imprensa negra ganhou novo impulso com jornais como *A Alvorada* e *O Novo Horizonte* em São Paulo; e o *Redenção* e *A Voz da Negritude* no Rio de Janeiro. O movimento ficou isolado naquele momento, que não pode contar nem com a direita, obviamente, nem com a esquerda marxista, que tinha a opinião de que a luta racial era individualista e que o racismo seria extinto caso a luta de classes também fosse: “Para o PCB, as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no país. Como resultado, o movimento negro ficou praticamente abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas”. (DOMINGUES, 2007:111).

Stella Guedes Caputo, em seu livro *Educação nos Terreiros*, faz uma discussão sobre como parte do patrimônio cultural africano transferiu-se por meio dos terreiros. São organizações que tem fundamental importância para a manutenção de tradições dos povos escravizados no alvorecer da República. A região portuária no Rio de Janeiro desempenhou um papel importante para a multiplicação do candomblé. Aos poucos, os terreiros e tendas foram migrando para a Zona Norte, nos subúrbios, e para a Baixada Fluminense. Segundo ela, “(...) as constantes mudanças não eram causadas apenas por ‘reorganizações urbanas’. Nessas ‘reorganizações’ estavam inseridas as perseguições aos terreiros e seus fundadores e frequentadores” (CAPUTO, 2012:49). As classes dominantes se basearam fortemente em discursos científicos e “racionais” para legitimar sua organização e a luta de classes se deu com esse pano de fundo, com essa classe trabalhadora.

Olhar para o contexto brasileiro procurando um “proletário padrão” ou mesmo tentar encaixar em formas europeias organizações de trabalhadores pode colocar um véu

sobre nossas análises de classe e, mais que isso, reduzir a importância de intelectuais orgânicos vindo de experiências diferentes daquelas vividas na Europa e nem por isso menos importantes. A cultura e as organizações culturais, desse modo, cumpriram papéis fundamentais de organização da classe trabalhadora no Rio de Janeiro e no Brasil na virada do século XIX para o XX.

Segundo Maria Cecília Velasco Cruz, os arrumadores e carregadores de café, já em meados do século XIX, se consolidaram como um grupo claramente delineado, sendo a maioria dos trabalhadores deste ofício de origem africana, escravizados e libertos. Para ela, há uma forte continuidade entre aqueles que foram escravizados nos tempos imperiais e os proletários da região portuária carioca no alvorecer da Primeira República. Alguns problemas aparecem quando a composição social começa a ser modificada devido à imigração europeia: verifica-se um embranquecimento da classe trabalhadora e os conflitos entre brancos e negros por questões de trabalho se tornam constantes. No entanto, “se a composição social da classe trabalhadora urbana foi inteiramente refeita com a chegada dos imigrantes, o mesmo não aconteceu entre os operários do Porto” (CRUZ, 2000: 270). As autoridades tratavam de maneira distinta a paralisação do trabalho por negros e brancos. Mesmo utilizando-se de repressão contra a greve de trabalhadores assalariados brancos, as greves por parte de escravizados eram vistas como levantes e revoltas, reprimidos de maneira implacavelmente mais violenta pela polícia. O corpo negro, lutando para não ser açoitado pelo seu senhor, era alvo dos braços armados do Estado. Segundo Marcelo Badaró:

Não era novidade que escravos empregados em fábricas utilizassem seu ambiente de trabalho coletivo como trincheira para rebeliões. (...). Porém, mesmo não se tratando de paralisações com demandas tipicamente salariais, como a dos tipógrafos, eram movimentos de trabalhadores escravizados concentrados em estabelecimentos fabris que encontravam na suspensão do trabalho uma forma de protesto válida. (MATTOS, 2008:149)

Dessa maneira, as práticas de auto-organização dos grupos de trabalho não começaram após a abolição. Os que haviam sido escravizados e os libertos abriram caminhos para a fundação e estruturação do que viria a ser o sindicato no porto do Rio de Janeiro. As redes de solidariedade que dariam origem ao sindicato se firmaram muito antes de sua fundação. Segundo Maria Cecília Velasco,

Até mudarem as regras do jogo em 1906 e a consolidação da Sociedade de Resistência, os trabalhadores de tropa e seus capitães eram grupos de trabalho plenamente inseridos na comunidade envolvente, legitimados, com autonomia e funções próprias, com quem muitos negociavam e talvez ninguém pensasse em destruir. Os seus conflitos internos às vezes transpareciam nas páginas dos jornais, mas não as suas solidariedades subterrâneas construídas paulatinamente desde a época do cativo. (CRUZ, 2000: 278)

Essas redes de solidariedade construídas desde os tempos da escravidão são muito semelhantes àqueles laços fundados nos terreiros de candomblé e tendas de umbanda, tendo esse papel fundamental na formação da fração negra da classe trabalhadora. Segundo Marcelo Badaró Mattos, essas redes, construídas ainda no tempo da escravidão, tiveram influência fundamental no sindicalismo em que os trabalhadores tinham controle sobre o processo de contratação. Indos às fontes³, pude perceber que este processo de contratação controlado pelos trabalhadores foi organizado de modo complexo, de maneira que o sindicato chegava a ter cofres para não colocar o dinheiro em bancos e, de tempos em tempos, colocava o dinheiro para secar com alguns de seus associados armados para a proteção dos montantes.

Erika Arantes, em seu artigo *A Estiva se Diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*, faz um breve levantamento dessas agremiações ligadas aos sindicatos no porto do Rio de Janeiro. A autora lembra que não há como separar história social do trabalho com história da cultura: esta seria uma falsa dicotomia, com se na cidade existissem os operários, que se organizaram em sindicatos, faziam e greves e, de outro lado, existissem os populares, tratados como coisa distinta, que fazem o carnaval, a macumba, a revolta popular. É importante lembrar que as duas esferas são formadoras desses trabalhadores, formadoras de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Dessa maneira, estudar essas organizações é entender como os Aparelhos Privados de Hegemonia da classe trabalhadora são espaços de organização da vontade coletiva e formação para a construção de uma oposição aos aparelhos privados de parcelas da classe dominante, criando discursos e processos contra-hegemônicos. Segundo Erika Bastos Arantes,

³ Livro de atas de assembleia 1908-1914. Disponível na Sede do Sindicato dos Arrumadores (Rua da Gamboa, 95 – Gamboa)

A historiografia sobre a cidade na virada do século XIX para o XX costuma trabalhar com essa diferenciação, dividindo a história da cidade em duas vertentes: de um lado, a história social do trabalho, que tratava do trabalho propriamente dito e das associações nascidas a partir dele (sindicatos, sociedades de resistência, mutualistas etc.), dos movimentos reivindicatórios principalmente as greves e do movimento operário de uma forma mais ampla; de outro, a história cultural que lidava com as questões da “cultura popular”, ou seja, das manifestações culturais como o samba, candomblés ou mesmo de revoltas dos “populares”, como a Revolta da Vacina em 1904. (ARANTES, E.B. 2015:27-28)

É interessante notar como a população das classes subalternas via com desconfiança as relações com a Justiça e com a polícia desde o início do século, deixando claro o papel que o Estado cumpria na vida cotidiana dos trabalhadores: não o de amenizar seus problemas mas, sim, a função de reprimir ferozmente qualquer um que não se enquadrasse no projeto do que seria o trabalhador cunhado no início do século XX. A “vadiagem”, noção criada a partir dessa mudança da ética do trabalho, serviu para legitimar a óbvia repressão policial sobre aqueles que estavam sempre questionando o conjunto de valores burgueses, ora dentro ora fora deles, colocando obstáculos a uma formação capitalista clássica a partir de um modo de vida tradicional. Os terreiros de candomblé remetiam a esse passado escravista que deveria ser apagado. Por isso, o “feitiço” passou a ser considerado contravenção.

Para Erika Arantes, dispositivos legais foram criados para definir as religiões de origem africana como perigosas à saúde e contrárias à moral pública, tornando frequentes as investidas policiais que violavam os templos e terreiros, invadiam casas e prendiam líderes e fiéis. (ARANTES, 2010: 170). Exatamente por isso é tão necessário entender que lazer, trabalho e religiosidade estão entrelaçados na vida desses trabalhadores, é tentar investigar a organização dessa população de maneira totalizante. Ainda segundo ela,

Mas será que é possível fazer essa diferenciação e dividir os moradores pobres da cidade em grupos tão distintos? Não fariam eles parte dos mesmos grupos e não estariam eles participando das mesmas lutas, assim como das mesmas diversões? Falar das relações construídas no trabalho e na organização sindical é pouco para entender o universo dos trabalhadores, já que esse universo era muito maior e

mais complexo, envolvendo redes de relações que vão além daquelas construídas no processo produtivo. (ARANTES, E.B. 201528)

Conclusões

Já na introdução do livro recém lançado do historiador David Roediger, intitulado *Class, Race, and Marxism*, ele recorta o debate fundamental que vai permear todo o texto, levantado a partir de uma fala de David Harvey. Para o geógrafo, os recentes protestos contra a violência policial – e em especial, contra o racismo presente nas instituições e nas ações destes policiais – em Ferguson, Estados Unidos, não estariam travando uma luta anticapitalista.

Segundo Roediger, Harvey analisa de maneira separada as lutas contra opressão de raça, gênero ou sexualidade e as lutas contra o capital. Ainda para ele, “aqui Harvey desenha uma distinção, encontrada em seu [livro] *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism* e no trabalho de outros, entre o que em uma mão estaria o “capitalismo”, que ele admite estar permeado por opressões de raça e classe, e na outra mão o “capital”, cuja lógica pode ser examinada sem a necessidade de examinar estas categorias”⁴.

Como tentamos demonstrar nesse texto, não há como compreender a classe trabalhadora sem pensar nesta em sua totalidade. Não há como falar de capital sem mencionar de que maneira ele se construiu em cada país, que tipos de acumulação primitiva a classe dominante promoveu. Dessa maneira, não há como falar de “capital” sem dizer a qual “capitalismo” aquele pertence. Ainda que o nosso paradigma seja o do *Capital versus Trabalho*, é necessário entender por quais mãos este trabalho é feito e de que forma este capital foi construído. O fatiamento da realidade, ou, para regatar a analogia de Roediger, segurar em uma mão “capital” e na outra, “capitalismo”, pode ter finalidades explicativas para cientistas sociais. No entanto, a realidade social se dá de maneira simultânea e desordenada, entrecruzada por diversos fatores. No Brasil, não há como entender o desenvolvimento do capitalismo no país abrindo mão de entender a escravidão e seus trabalhadores.

Desse modo, não podemos entender como esses trabalhadores se organizavam e

⁴ Tradução livre de “Here Harvey draws a distinction, found in his *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism* and in work of others, between on the one hand “capitalism”, which he allows is permeated with race and gender oppression, and on the other hand “capital”, whose logic can be examined without needing to examine those categories”, IN: ROEDINGER, D. *Class, Race, and Marxism*. New York: Verso, 2017, p. 3.

como compreendiam sua atuação política em entender suas agremiações recreativas, seus momentos de lazer e sua religiosidade. Era nesses espaços que se formavam consensos contra-hegemônicos. Tentamos ao longo desse texto, fazer um balanço dos debates em torno da sociedade civil brasileira, em especial a organização dos trabalhadores e tentar demonstrar, ainda que brevemente, parte dos movimentos de massa e partidos políticos criados por escravizados, ex-escravizados e pela população negra no chamado período pós-abolição existiram e compuseram parte dos aparelhos privados de hegemonia contra a ordem em vigor, seja na resistência cultural ou na militância institucional.

Bibliografia

ARANTES, Érika Bastos. *A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX*, Rio de Janeiro, Revista Tempo | Vol. 21 n. 37, 2015.

ANDERSON, KEVIN B. (org.) *Marx At Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

APPIAH, K. *Na Casa de Meu Pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAKAN, A.B; DUA, E. (orgs.) *Theorizin Anti-Racism: linkages in Marxism and critical race theorie*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008.

CALLINICOS, A. *Capitalismo e Racismo*. São Paulo: Zahar, 2000.

CAPUTO, S.G. *Educação nos Terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2012.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *O Leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Desafio dos que Pensaram Bem o Brasil*. IN: *Como Pensar?* São Paulo: Revista Lua Nova número 54, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n54/a05n54.pdf> (último acesso em 20/08/2018)

CRUZ, Maria Cecília Velasco. *Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café*, Rio de Janeiro, 1905
1930. Revista Afro-Ásia, 2000.

_____. *Cor, Etnicidade e Formação de Classe no Porto: A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 188-209, dezembro/fevereiro 2005-2006.

DOMINGUES, P. *Movimento Negro: Alguns Apontamentos Históricos*. Rio de Janeiro: Revista Tempo, número 23, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> (último acesso em 20/08/2018)

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes (Volume 1 e 2)*. São Paulo: Ed. Globo, 2008.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar (2ª ed.), 1976.

FONTES, V. *Brasil e o Capital Imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010;

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Vol. 1-6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

LARA, S.H. “Blowing in The Wind”: Thompson e a Experiência Negra no Brasil. Projeto História, n. 12 (1995)

MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

MATTOS, M. B. *A Associação Internacional dos Trabalhadores e o Brasil: pensando Marx, o Movimento Internacional da Classe Trabalhadora, a escravidão e a questão racial*. IN: Revista História & Luta de Classes, ano 11, Edição No. 20, 2015.

MATTOS, M. B. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe*

trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, M. B (org). *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

Mc PHEE, K. “Um novo 13 de Maio!”: *Trabalhadores Portuários Afrobrasileiros no rio de Janeiro, 1905-1918*. **DOMINGUES, P. e GOMES, F. [orgs.]** *Políticas da Raça: Experiências e Legados da abolição e do Pós-Emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro edições, 2014.

MENDONÇA, S. R de. *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica*. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MENDONÇA, S. R. de. *Pesquisando Com Gramsci: Sugestões Metodológicas* IN: **MENDONÇA, S. R. de e LAMOSA, R. [orgs.]**. Gramsci e a Pesquisa Histórica. Curitiba: Appris Editora, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos PENESB, Niterói, nº. 5, pp. 15-34, 2000.

ROEDINGER, D. *Class, Race, and Marxism*. New York: Verso, 2017.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 1980 (2005).

